



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

SR RO/AC 1.0.00. 0097/2015

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER À SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, ALÉM DOS POSTOS DE SERVIÇOS, O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NA FORMA ABAIXO.**

#### **PREÂMBULO**

**1) DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES-** O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ente autárquico federal, criado pela Lei nº 10.233, de 5.6.2001, supervisionado pelo Ministério dos Transportes, com sede em Rua Benjamin Constant – nº 1015 – Bairro: Olaria – CEP: 76.820-232 – Porto Velho/RO, CNPJ/MF nº 04.892.707/0007-04, doravante simplesmente denominado **DNIT** ou **CONTRATANTE**, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE**, representada pelo seu Superintendente Regional **FABIANO MARTINS CUNHA**, nomeado pela Portaria nº 10, de 22.1.2014 – D.O.U. de 23.1.2014, do Ministro de Estado dos Transportes, investido dos poderes expressos na Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 2006, publicado no D.O.U. de 28.4.2006, no uso de suas competências constantes da Portaria nº 299, de 29.3.2012, publicada no D.O.U. de 30.3.2012, do Diretor Geral do DNIT.

**1.2 CONTRATADA** – A EMPRESA E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.927.661/0001-10, Av. Farquar – nº 3470 – Bairro: Pedrinhas – Porto Velho/RO, neste ato, representada legalmente pelas Sr<sup>as</sup> **WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, empresária, Cédula de Identidade RG nº 000653878/SSP-RO e CPF/MF nº 643.910.512-49 e a Sr<sup>a</sup> **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, empresária, Cédula de Identidade nº 4537531 SSP-GO e CPF/MF nº 751.613.702-20, conforme documento acostado às fls. 320/327 dos referentes autos.

**(2) DO FUNDAMENTO LEGAL-** Esta contratação decorre de licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos e condições do Edital nº 00827/2014, cujo resultado foi homologado em 26.1.2015 pelo Superintendente Regional DNIT/RO/AC, conforme consta do processo administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes no DNIT.

1



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO-** Constitui objeto deste contrato a execução pela CONTRATADA, dos trabalhos descritos na proposta do contrato, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos e assim resumidos quanto a seus elementos característicos:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER À SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, ALÉM DOS POSTOS DE SERVIÇOS, O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação da Contratada no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº 8.666, de 21.6.1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO - EMPENHO E DOTAÇÃO-** (1) **DO VALOR-** O valor estimado do presente contrato a preços iniciais é de **R\$ 142.889,76 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos)** (2) **- DO EMPENHO E DOTAÇÃO-** A despesa no corrente exercício, na parte nele a ser executada, correrá a conta da dotação do Orçamento do DNIT/2015, Verba 26122212620000001, devidamente empenhada, conforme a Nota de Empenho nº2015NE800004, datada de 27.1.2015, no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, emitida pelo Superintendente Regional nos Estados de Rondônia e Acre,, a qual fica fazendo parte integrante deste contrato (fl. 389).

**PARÁGRAFO ÚNICO-** Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo DNIT.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E PRORROGAÇÕES-** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e preços contratados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO-** O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na Cláusula Primeira é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos. Estes prazos serão contados a partir da data do recebimento da ordem de serviço, observados durante a sua execução os prazos de etapas quando previsto no cronograma físico que constitui parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO-** Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a Contratada prestou garantia sob a modalidade de **Seguro Garantia**, fornecida pela Instituição Emissora **J. Malucelli Seguradora S/A**, no valor de **R\$ 7.144,49 (sete mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor a



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre  
preços iniciais do contrato, conforme Guia de Recolhimento nº 010/2015, emitida em 04/02/2015, que integra o presente instrumento (fl. 394).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** Durante a execução dos trabalhos, a Contratada reforçará a garantia acima referida de modo a perfazer permanentemente um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais, e reajustamentos, se os houver.

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias consecutivos após o recebimento definitivo dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Para a prestação de serviços continuados

Após a execução do contrato será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do contrato.

**CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA-** A Contratada se obriga a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- I- Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I**, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do DNIT;
- II- Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- III- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;
- IV- Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- V- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DNIT;
- VI- Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- VII- apresentar, imediatamente, nos casos de cisão, incorporação ou fusão, a documentação comprobatória de sua situação;
- VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- IX- Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

3





Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

X- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do **Termo de Referência – ANEXO I**;

XI- Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT** - Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, além dos previstos em outras leis, os constantes dos arts. 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993, e, no que couber, nas Normas e Procedimentos Administrativos sobre Contratações de Obras e Serviços de Engenharia, vigentes no DNIT, que a Contratada aceita e a eles se submete.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá à Superintendência Regional do DNIT nos Estados de Rondônia e Acre:

I- Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o termo de contrato (se for o caso) relativos ao objeto da licitação;

II- Comunicar à empresa contratada qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento/execução do objeto;

III- Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações do edital e seus anexos;

IV- Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

V- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação;

VI- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

VII- Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento/execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO** - O DNIT fiscalizará a execução dos trabalhos diretamente através da Superintendência Regional DNIT/RO/AC, e, se assim entender, também através de supervisão contratada. As atribuições, deveres e obrigações dessa fiscalização e da supervisão são especificadas nas "normas e procedimentos administrativos sobre contratações de obras e serviços de engenharia", que a Contratada declara conhecer e a elas se submeter.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta *online* do SICAF (art.55, inciso XIII, da Lei 8.666, de 1993), acerca da situação cadastral da Contratada, à regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), bem como consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 10.522, de 2002.

4



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As consultas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das medições, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do art. 78 da Lei nº 8666, de 1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DNIT se estiverem de acordo com o Termo de Referência e o Quadro de Quantidades constantes do edital, atendidas as especificações fornecidas pelo DNIT, bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO** - Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Havendo a cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer destas operações ficará condicionada a análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO** - O presente contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO - DA REPACTUAÇÃO** - O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no edital e contato, após o fornecimento/execução do objeto da licitação, no prazo mínimo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável nos documentos hábeis de cobrança.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para execução do pagamento de que trata o parágrafo anterior, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, o nome da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE, o CNPJ nº 04.892.707/0007-04, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e

5



Processo: nº 50622.006963/2014-81

**Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre**

contribuições, conforme legislação em vigor. Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão-de-obra, haverá regra específica no edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que a atestará e a liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o DNIT.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 2012.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Quanto ao Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**PARÁGRAFO NONO** - A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM	=	Encargos Moratórios;
N	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP	=	Valor da parcela a ser paga;
I	=	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I	=	$\frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$
TX	=	Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**- O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade do contratado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio de consulta *online* feita pelo DNIT, ou mediante apresentação dos documentos por ele abrangidos: **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal Federal** (Receita Federal do Brasil (certidão conjunta),

6





Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

FGTS e INSS), bem como após a comprovação da regularidade trabalhista através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Na hipótese de irregularidade da Contratada no cadastro ou habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência por escrito, no sentido de que no prazo de 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa. O prazo estabelecido neste parágrafo poderá ser prorrogado a critério da Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao DNIT por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – REPACTUAÇÃO** – Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuído, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.



Processo: nº 50622.006963/2014-81

**Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre**

Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

as particularidades do contrato em vigência;

a nova planilha com variação dos custos apresentados;

indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

8





Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES** – A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executados, e essa se estenderá até a finalização dos serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

**I** - Advertência por escrito;

**II** - Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

**III** - Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

**IV** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**V** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- I - Advertência por escrito;
- II - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- III - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O contratado que subcontrate, total ou parcialmente, o serviço contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do DNIT, formalizada por termo aditivo ao contrato, sofrerá a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado dos Transportes.

10



Processo: nº 50622.006963/2014-81

Superintendência Regional nos Estados de Rondônia e Acre

**PARÁGRAFO NONO** - As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** - Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem.

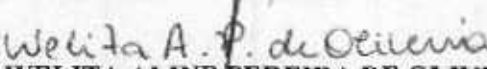
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO** - As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal de Porto Velho - Seção do estado de Rondônia** para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO** - O presente contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação, exclusiva.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas.

*Porto Velho (RO), 04 de Fevereiro de 2015.*

  
**FABIANO MARTINS CUNHA**  
Superintendente Regional do DNIT - RO/AC

  
**WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Representante Legal

  
**ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

-----  
CPF:  
RG:

-----  
CPF:  
RG:

PFC  
CONTRATO-0097/2015(PATY)





# RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 770/2014

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, por meio da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações, torna público os interessados na licitação do Edital em epígrafe o Resultado Final de Julgamento, conforme descrito: Vencedor: ITEM 3 - BUREAU EXPRESS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME, com o valor de R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e noventa reais). Cópia da Ata poderá ser obtida por meio do site: [www.compras-governamentais.gov.br](http://www.compras-governamentais.gov.br).

RUSÂNGELA BEZERRA DOS SANTOS  
Procedente

(SIDEI - 04/02/2015) 393003-39252-2014NE000030

## DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRO E LICITAÇÕES AVISO DE PENALIDADE

O COORDENADOR-GERAL DE CADASTRO E LICITAÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições constantes dos incisos II e X do art. 20 do Regimento Interno desta Autarquia e art. 5º, §2º da Instrução Normativa DG nº 01/2013 de 25 de novembro de 2013, publicada no D.O.U. em 26/11/2013, seção 1, página 71/72, com fundamento no art. 87, inciso III da Lei 8.666/93, em consonância com art. 9º, inciso III da Instrução Normativa nº 01/2013 de 25 de novembro de 2013, resolve considerando o conteúdo do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 50601000387201445, aplicando a sanção de R\$ 1.466,21 (uma mil e quatrocentos e sessenta e dois reais) a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT pelo período de 02 ANOS, a contar da publicação desta decisão, tendo em vista a apresentação de atestado falso no certame Convocatória Pública nº 02/2013-06, prática esta fraudulenta e objetivando a competitividade. Desta forma, fica intimada a empresa da decisão proferida, para que caso entenda de direito, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo.

Brasília, 4 de fevereiro de 2015.  
ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS E RORAIMA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 766/2014 UASG 393009

Nº Processo: 50601000387201411. PREGÃO SISPP Nº 250/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02748653000189. Contratado: M C D CARVALHO & CIA LTDA - Objeto: Fornecimento de combustível para abastecimento de frota de veículos da SR-DNIT/RR. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Decretos nºs 450/05 e 6.204/07 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº 250/2014. Vigência: 27/01/2015 a 26/01/2016. Valor Total: R\$47.878,00. Fonte: 100000000 - 2014NE000063. Data de Assinatura: 27/01/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393009-39252-2014NE000023

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1047/2014 - UASG 393009

Nº Processo: 50501000220201464. PREGÃO SISPP Nº 576/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02748653000189. Contratado: M C D CARVALHO & CIA LTDA - Objeto: Fornecimento de combustível para abastecimento da Frota de Veículos da SR-DNIT/AM. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e Decretos nºs 450/05 e 6.204/07. Lei nº 8.666/93 com alterações e Pregão Eletrônico nº 576/2014. Vigência: 27/01/2015 a 26/01/2016. Valor Total: R\$118.548,00. Fonte: 100000000 - 2014NE000018. Data de Assinatura: 27/01/2015.

(SICON - 04/02/2015) 507009-39252-2014NE000023

### EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO Nº 22015 - UASG 393009

Número do Contrato: 367/2014. Nº Processo: 50601000387201425. TOMADA DE PREÇOS Nº 327/2013. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01057727000178. Contratado: LAGH ENGENHARIA LTDA - Objeto: Aditivo de Renovação de Prorrogação de Prazo, sem acréscimo de valor e sem inclusão de Preços Novos. Fundamento Legal: Art.57, inc. I, par. 1º, II, e par. 2º da Lei 8666/93, e red. dada pela Lei 9648/99 e na Claus. 6ª do Contrato. Vigência: 06/02/2015 a 06/03/2015. Data de Assinatura: 04/02/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393009-39252-2015NE000023

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/verificacao.html>, pelo código 0003201502050155

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 393024

Número do Contrato: 75/2013. Nº Processo: 50603000845201236. PREGÃO SISPP Nº 655/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 04368340000109. Contratado: RUCOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME. Objeto: Prorrogação de prazo contratual por mais um período de 5 (cinco) meses, por interesse da Administração. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II da Lei 8666/93, par. 1º da Claus. 4ª do contrato original. Vigência: 29/01/2015 a 29/06/2015. Data de Assinatura: 29/01/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393024-39252-2015NE000004

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2015 - UASG 393016

Nº Processo: 50602000581201482. PREGÃO SRP Nº 752/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 08057854000151. Contratado: I G SERVICE LTDA - EPP - Objeto: Serviços de Reforma Predial da Sede da Superintendência Regional/PA. Fundamento Legal: Lei 10.520 LC 123/06, Decretos 450/05, 6204/07, 3555/00, 3691/00, 3784 e Lei 8.666/93 e alterações. Vigência: 14/01/2015 a 13/01/2016. Valor Total: R\$3.870.800,00. Fonte: 100000000 - 2014NE000238. Data de Assinatura: 14/01/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393016-39252-2015NE000007

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS E DISTRITO FEDERAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2015 - UASG 393011

Nº Processo: 50612004258/14-19. PREGÃO SISPP Nº 678/2014. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 00894402000187. Contratado: CASTELO CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA. Objeto: Execução de reforma da cobertura da Sede da Superintendência Regional DNIT-GO/DF em Goiânia/GO. Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/06, Decretos nºs 5.450/05 e 6.204/07. Lei 8.666/93. Vigência: 06/02/2015 a 05/06/2015. Valor Total: R\$644.448,71. Fonte: 100000000 - 2014NE000195. Data de Assinatura: 04/02/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393011-39252-2015NE000006

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2015 - UASG 393011

Nº Processo: 50612006555/14-49. PREGÃO SISPP Nº 679/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 00894402000187. Contratado: CASTELO CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA. Objeto: Execução de reforma das instalações da Unidade Local de Aruanã/GO. Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/06, Decretos nºs 5.450/05 e 6.204/07, Lei 8.666/93. Vigência: 06/02/2015 a 05/06/2015. Valor Total: R\$244.785,95. Fonte: 100000000 - 2014NE000199. Data de Assinatura: 04/02/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393011-39252-2015NE000006

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Edital nº 89/14-42

Com base na documentação anexada nos autos do processo nº 50612006555/2014-49 referente ao Pregão Eletrônico nº 0601/14-12, e decorrido o prazo recursal, homologo, o presente procedimento licitatório, nos termos do art. 43, inciso VI da Lei 8.666/93, para que produza efeitos jurídicos e legais. Empresas Vencedoras: Item 01: RCM@GOV Comércio de Secos e Molhados Ltda. - ME, com valor global de R\$ 8.113,00 (Oito mil cento e treze reais); Item 02: Fonseca Martins Comércio de Gás Ltda., com valor global de R\$ 2.399,00 (Dois mil, trezentos e noventa e nove reais).

FLAVIO MURILLO G. PRATES DE OLIVEIRA

Superintendente

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 801/2014

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, através da Superintendência Regional em GO/DF, torna público o resultado da Licitação - Pregão nº 0801/2014-12. Critério de Julgamento: Menor Preço (Art. 45 - I - Lei 8.666/93). Fornecedor Vencedor: Item 01: RCM@GOV Comércio de Secos e Molhados Ltda. - ME, com valor global de R\$ 8.113,00 (Oito mil cento e treze reais); Item 02: Fonseca Martins Comércio de Gás Ltda., com valor global de R\$ 2.399,00 (Dois mil, trezentos e noventa e nove reais). A Ata de Realização do Pregão e Julgamento da Proposta de Preços encontra-se a disposição dos interessados na Seção de Cadastro e Licitação na Sede da Superintendência Regional do DNIT em GO/DF, situada na Av. 24 de Outubro, nº. 311, Setor dos Funcionários, Goiânia-GO, e no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

FLAVIO MURILLO G. PRATES DE OLIVEIRA

(SIDEI - 04/02/2015) 393011-39252-2015NE000006

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015 UASG 393031

Nº Processo: 50606000793201420. Objeto: Fornecimento de água e coleta de esgoto no âmbito da Unidade Local de Governador Valadares, desta SREMG, no corrente exercício. Total de Itens Licitados: 00003. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inexistência de competição. Empresa do setor de saneamento no Município. Declaração de Inexigibilidade em 23/01/2015. ANDRE GONCALVES NUNES COLLIU, Chefe do Serviço de Administração e Finanças. Ratificada em 23/01/2015. ALVARO CAMPOS DE CARVALHO, Superintendente Regional. Valor Global: R\$ 4.000,00. CNPJ CONTRATADA: 26.607.755/0001-55. SERVIÇO ALTONOMO DE AGUA E ESGOTO.

(SIDEI - 04/02/2015) 393031-39252-2015NE000001

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015 - UASG 393031

Nº Processo: 50606000793201445. Objeto: Fornecimento de energia elétrica no âmbito da Unidade Local de Leopoldina. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inexistência de competição. Empresa do setor de saneamento no Município. Declaração de Inexigibilidade em 04/02/2015. ROGERIO DA SILVA MOREIRA, Chefe do Serviço de Administração e Finanças. Ratificada em 04/02/2015. ALVARO CAMPOS DE CARVALHO, Superintendente Regional. Valor Global: R\$ 20.000,00. CNPJ CONTRATADA: 19.527.639/0001-58. ENERGISAMINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

(SIDEI - 04/02/2015) 393031-39252-2015NE000001

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORÓDIA E ACRE

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2015 - UASG 393018

Nº Processo: 50622000655201483. PREGÃO SISPP Nº 827/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 10923661000110. Contratado: E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização para atender à Sede da Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Roródia e Acre no município de Porto Velho, além dos pontos de serviços, o fornecimento de materiais e equipamentos necessários. Fundamento Legal: Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Vigência: 05/02/2015 a 04/02/2016. Valor Total: R\$142.889,76. Fonte: 100000000 - 2015NE000004. Data de Assinatura: 04/02/2015.

(SICON - 04/02/2015) 393018-39252-2015NE000005

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015 - UASG 393014

Nº Processo: 5062200034201540. Objeto: Contratação de fornecimento de energia elétrica para o Posto de Paragem de Veículos, em Ouro Preto do Oeste/RO, e para a Unidade Local de Vilhena/RO. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade essencial de energia elétrica para o perfeito funcionamento das Unidades Administrativas. Declaração de Dispensa em 07/01/2015. KELLY PINTO MOREIRA, Chefe do Serviço de Administração e Finanças. Ratificada em 07/01/2015. ALAN OLIVEIRA DE LACERDA, Superintendente Regional Substituto. Unifon: Valor Global: R\$ 77.494,61. CNPJ CONTRATADA: 05.914.650/0001-60. CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORÓDIA S.A. CERON.

(SIDEI - 04/02/2015) 393014-39252-2015NE000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.